ano 10 - n. 18 | set. 2020/fev. 2021
Belo Horizonte | p. 1-248 | ISSN 2238-8508
R. Fórum Dir. Fin. e Econômico – RFDFE

Revista Fórum de Direito FINANCEIRO E ECONÔMICO

RFDFE

FORUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DIREITO FINANCEIRO

COVID e suas consequências no direito financeiro. Que fazer?
Regis Fernandes de Oliveira 9

1 Descrição dramática do quadro social (exercício de 2020) 9
2 Alguns impactos 11
3 Diante disso, que fazer? 12
4 Como fica o direito financeiro em face de tais questões? 14
5 O combate pobreza *versus* rigor fiscal 16
6 Confronto entre poderes 17
7 Situação de perplexidade 18

A edição de "normas de referência" pela ANA: autonomia municipal, orçamento republicano e controle
Fernando Facury Scaff, Raquel Lamboglia Guimarães 19

Introdução 19
1 A autonomia municipal versus a nova competência da ANA 21
2 O acesso a recursos federais e o *spending power* 25
3 Controlando o controle: a supervisão regulatória 28
Conclusões 31
Referências 32

A coisa julgada em matéria constitucional nas relações tributárias continuativas
Heleno Taveira Tôrres 35

1 Considerações propedêuticas 35
2 Coisa julgada nas relações tributárias continuativas 42
3 O dever de revisão da coisa julgada nas relações tributárias continuativas 50
3.1 O controle da *res judicata* pela ação rescisória 51
3.2 Ação rescisória e execução de sentença contra a Fazenda Pública 58
4 A ação revisional nos casos de coisa julgada tributária de trato sucessivo 59
5 Considerações finais 62

Impactos da tese 452 de repercussão geral: desigualdade de gênero e custeio previdenciário
Rafael Neubern Demarchi Costa 65

Introdução 65
Igualdade de gênero na Constituição Federal. Amor ao próximo e cumprimento das leis. A mulher como "o outro" 66
Redução das desvantagens da mulher no mercado de trabalho 69
Da tese 452 de repercussão geral e a necessária diferenciação dos regimes de previdência para compreensão de seu impacto 73
Problemas práticos. Portabilidade do direito acumulado. Déficit do plano da Entidade Fechada de Previdência Complementar. Equilíbrio econômico-financeiro e atuarial 78
Conclusão 80
Referências 82

Participação da mulher no processo político – Os atuais mecanismos de fomento do direito financeiro-eleitoral e a adoção de cotas de assento no parlamento
Ricardo Ezequiel Torres 85

Introdução 85
1 Histórico da participação feminina no processo eleitoral brasileiro 88
2 Representatividade feminina na política e a democracia 92
2.1 Fomento à participação feminina no processo eleitoral 94
2.1.1 Cotas de gênero 94
2.1.2 O problema das candidaturas laranjas 97
2.1.3 Propaganda eleitoral na TV e no rádio 99
2.1.4 Fundo Partidário e Fundo Especial de Financiamento de Campanha 100
3 Adoção de cotas de assento reservado no Parlamento – Enfrentando a questão 103
Conclusão 106
Referências 107

O gasto público com o Processo Transexualizador e os gargalos no SUS com a população trans
João Vitor Kanufre Xavier da Silveira 111

1 Introdução 111
2 O reconhecimento da população trans 113
2.A A definição de homossexualidade 113
2.B A definição de gênero e a população trans 114
2.C A relação de desigualdade social da população trans e o orçamento 117
3 As políticas de atendimento da população trans no âmbito da saúde 119
3.A O atendimento à população trans, segundo as diretrizes de saúde 119
3.B As diretrizes do Conselho Federal de Medicina (CFM) 121
3.C As diretrizes do Ministério da Saúde no Processo Transexualizador 123
4 Quanto custam as operações cirúrgicas para o Estado e os desafios da saúde no atendimento à população trans 124
4.A O valor contido na portaria do Ministério da Saúde 125
4.B Os gargalos do SUS para o atendimento da população transgênero 125
5 Conclusão 128
Referências 129
Apêndice 131

A ilusão do livre mercado
Fernando Facury Scaff 133

I O Estado e o surgimento da ideia de livre mercado 133
II O mercado é uma instituição jurídica 142
III O fundamento jurídico da regulação de mercado na Constituição brasileira de 1988 145
IV Girando o parafuso: o direito é oriundo de escolhas políticas eleitorais e o poder econômico nelas é determinante 150
V Conclusões 153
Referências 154

DIREITO ECONÔMICO

A integração europeia: um projecto colonialista
António Avelãs Nunes 159

A ilegalidade da atuação do CADE no setor de refino de petróleo
Gilberto Bercovici 181
1 Política econômica e defesa da concorrência 181
2 A vinculação do CADE à legalidade 184
3 O monopólio estatal do refino 192

Sistema de microcrédito proporcionado pela Empresa Simples de Crédito: uma análise a partir da pandemia de Covid-19
Luís Henrique de Souza Moreira, Lincoln Diones Martins 199
Introdução 199
Empresa Simples de Crédito 201
Natureza jurídica 201
Mens legis 202
Juros 204
Juros no Brasil 204
Natureza jurídica 204
Regulamentação no Brasil 207
Dificuldades da microempresa e empresa de pequeno porte 212
Participação no PIB 212
Participação na geração de empregos 215
Dificuldade de acesso ao crédito 216
Pandemia Covid-19 219
Conclusão 221
Referências 223

Reforma Administrativa e riscos institucionais ao Estado Nacional: autoritarismo, fiscalismo, privatismo
José Celso Cardoso Jr. 225
1 Introdução 225
2 Reforma fiscal e trabalhista travestida de administrativa 227
3 Eficiência, eficácia e efetividade no setor público brasileiro 234
4 Considerações finais 243
Referências 245

Instruções para os autores 247